AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 8 Nº 1 JANEIRO DE 1984

PERIÓDICOS

4/5

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLICTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

BIBLIOTECA KARL A. BOSDECKER
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO

Estimativas recentes, embora ainda preliminares, dão conta de que a área plantada da safra 1983/84, na região Centro-Sul, teria crescido de 1% a 3%. Pouco se pode adiantar de concreto sobre as dimensões da futura oferta, pois, à exceção do feijão das águas, cuja colheita está em andamento, as demais lavouras temporárias, a serem colhidas no verão, permanecem no campo, em diferentes fases de desenvolvimento.

De fato, persistem as dúvidas em relação à safra. Os problemas climáticos ainda não chegam a preocupar, mas o início da comercialização dos produtos que serão colhidos apresenta perspectivas controversas. Basicamente, teme-se que as condições mais severas do financiamento da estocagem, cujos juros passaram de 45%, vigentes na safra 1982/83, para 100% da variação das **ORTN**, *mais 3% (produto* **in natura***) inviabilizem a manutenção de estoques privados. Os agricultores, com toda a certeza, tentarão vender, tão rapidamente quanto possível, tudo o que produzirem, deprimindo o mercado, em conseqüência. O governo terá, então, de decidir se romperá ou não com sua anunciada política de restringir grandemente sua intervenção, por intermédio das* **AGF's** *e dos* **EGF's**.

As repercussões sobre a rentabilidade do negócio agrícola deveriam ser objeto de preocupação das autoridades econômicas, pois a sucessiva redução do plantio de lavouras tradicionais, por falta de perspectivas de ganhos atrativos, vêm criando dificuldades no abastecimento, que só tendem a se agravarem. No corrente ano, lavouras com fins industriais, como a mamona e a cana-de-açúcar, crescerão em área (10% e 11%, respectivamente), porém o arroz e o feijão diminuirão. A soja, balizada pelas cotações internacionais, e o milho, importante componente na fabricação de rações, despertaram o interesse dos agricultores.

Este deslocamento da aplicação dos recursos da agricultura em lavouras direta ou indiretamente ligadas à exportação poderá possibilitar a obtenção do acréscimo almejado pelo governo na receita das exportações, da ordem de 13%, factível em razão de problemas climáticos no Hemisfério Norte. No entanto, os desfalques na produção de alimentos para o mercado interno acarretarão, necessariamente, dispêndios com importações.

O presente número de **Agroanalysis** *apresenta um panorama da situação de algumas das principais culturas temporárias (arroz e feijão) além de um texto sobre o desempenho da safra de trigo e outro sobre a atual configuração do ciclo pecuário. Também a mudança ocorrida no mercado internacional do suco concentrado de laranja, afetado pelo extremo rigor do inverno norte-americano, é comentada nesta edição. Inclui ainda um comentário sobre o fumo e suas perspectivas nos mercados interno e externo.*

SUMÁRIO

COMENTÁRIOS

PRODUTOS VEGETAIS

- Arroz 2
- Feijão 5
- Fumo 8
- Suco Cítrico 10
- Trigo 13

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS

- Pecuária de Corte 15

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 18

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado externo 20
- Mercado interno 22
- Relativos 24

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 26

ARROZ

SURPREENDENTEMENTE, O ABASTECIMENTO INTERNO, AO LONGO DE 1983, TRANSCORREU SEM ANORMALIDADES, APESAR DA QUEBRA DA SAFRA PASSADA. PARA 1984, PRENUNCIAM-SE ALGUNS PROBLEMAS, UMA VEZ QUE A PRODUÇÃO ESPERADA PODERÁ SER INFERIOR AO CONSUMO E OS ESTOQUES REMANESCENTES ESTÃO PRATICAMENTE ESGOTADOS.

A esperada elevação dos preços do arroz em face da frustração da safra 1982/83, deixou de acontecer. Os preços recebidos pelo produtor só superaram a evolução do Índice Geral de Preços (ver Quadro 01) no estado do Maranhão.

Ao longo do ano o mercado esteve bem abastecido, impossibilitando algumas vezes a colocação do produto nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo. Isto acabou afetando os comerciantes gaúchos. Não se esperava, porém, que a quebra da safra tivesse tão pouca repercussão sobre o abastecimento, pois o governo federal teria iniciado o ano comercial (1º/3) com estoques avaliados em 296 mil t, tendo mais 159 mil t sob a responsabilidade do **Irga** (ver Quadro 02). Assim, a contenção das cotações resultou em grande parte da colocação do arroz estocado pela **CFP**, cuja reserva ter-se-ia esgotado em dezembro. Com a oferta em nível satisfatório, a situação real do suprimento deve ter confirmado a estimativa da **CFP** de que os estoques iniciais totalizariam 1,5 milhão de t, incluidas as 1,05 milhão de t mantidas pela iniciativa privada.

O possível subdimensionamento da safra também foi aventado para explicar a folga verificada no suprimento. Segundo fontes oficiais, a produção alcançou 7,8 milhões de t. Mas a Companhia de Financiamento da Produção está considerando a hipótese de uma safra maior. Com

QUADRO 01 – ARROZ EM CASCA – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES(*) DE PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO BRASIL E EM ESTADOS SELECIONADOS E DO IGP – JANEIRO A NOVEMBRO DE 1983

DISCRIMINAÇÃO	MÊS										
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
RS	95	102	103	108	108	111	128	172	203	213	227
MA	111	130	141	147	149	160	224	256	307	353	400
GO	113	116	108	113	125	143	182	228	264	290	302
MG	85	100	100	112	112	120	129	160	243	243	279
Brasil	100	111	112	118	120	128	151	195	204	267	288
IGP	109	116	128	140	149	167	189	209	235	267	289

FONTE – CEA/FGV e Conjuntura Econômica/FGV.

(*) Dezembro/82 = 100

QUADRO 02 – ARROZ EM CASCA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA NO BRASIL – SAFRAS 1979/80 A 1982/83 (1.000 t)

DISCRIMINAÇÃO	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83
Estoque inicial	737	2.060	1.634	1.504[2]
Produção do Centro-Sul	7.747	7.298	7.028	6.895
Produção do Norte-Nordeste	1.891	1.340	2.127	1.068
Importação	382	210	150[1]	100
Exportação	2	74	15	–
Oferta total	10.755	10.834	10.924	9.567
Consumo	8.695	9.200	9.420	9.646
Estoque final	2.060	1.634	1.504	–79[3]

FONTE – CFP

[1] Drawback

[2] Decomposto em: CEP: 296 mil t; IRGA: 159 mil t; particulares: 1.049 milhão de t.

[3] Conforme observação da CFP: "mera indicação do déficit; não ocorrendo importações, o consumo se ajustará à disponibilidade".

efeito, além da tradicional incerteza quanto aos números do Maranhão e do Centro-Oeste, podem ter ocorrido erros de avaliação no Rio Grande do Sul. No Maranhão, os problemas climáticos na Fronteira Oeste talvez não tenham afetado as lavouras na escala anteriormente imaginada, pois boa parte da safra já estava colhida na ocasião. No Rio Grande do Sul, algumas fontes acreditam numa produção de até 2,5 milhões de t na safra passada, perfazendo uma oferta total da safra 1982/83 de 8,2 milhões de t.

Há a questão do declínio do consumo, ainda não perfeitamente esclarecida. Pelo menos três estimativas são citadas pelas partes interessadas: 9,646 milhões de t, avaliação do governo federal e 9,2 ou 9 milhões de t, estimativas de órgãos estaduais e de algumas empresas.

Outro indicador da difícil situação da orizicultura pode ser encontrado no recente pedido de prorrogação dos prazos de vencimento dos **EGF's** contratados na última safra. Deste modo, o reflexo das dificuldades da comercialização sobre o plantio de safra 1983/84 podia ser previsto com muita antecedência. De acordo com o **IBGE**, a área cultivada no Centro Sul, em 1983/84 será de apenas 3,85 milhões de ha, 7,6% abaixo dos 4,2 milhões da safra 1982/83. Para esta mesma região, o **IBGE** prevê uma colheita de 7,3 milhões de t, com um rendimento físico de 1.889 kg/ha, 8,2% maior do que o obtido na safra passada. Em virtude da vulnerabilidade dos arrozais de sequeiro a adversidades climáticas, a estimativa mais segura, para alguns especialistas em arroz, seria de 7 milhões de t. Na safra 1983/84, o nível de participação dos diferentes sistemas produtivos poderá ser alterado, pois as lavouras irrigadas deverão responder por uma parcela maior da produção. O Departamento de Planejamento Agrícola da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul (**Depa-RS**) considera possível uma colheita de até 3 milhões de t de arroz superior à estimativa do **IBGE**, de 2,8 milhões de t (ver Quadro 03). De acordo com o **Depa-RS**, os orizicultores gaúchos estão empregando maciçamente os cultivares **BR/Irga-409** e **410**, que deverão ocupar cerca de 70% da área de plantio. Apenas a região central do estado continuou plantando o **Blue Belle** e deverá começar sua colheita já em fevereiro, para aproveitar uma possível recuperação dos preços, antes de um maior ingresso do produto de outras regiões. Normalmente, o plantio iria até meados de dezembro. Mas o atraso verificado o prolongou até janeiro. Por outro lado, o excesso de chuvas em alguns municípios (contrastando com a estiagem, em outros) obrigaram a um replantio cujas dimensões não foram ainda avaliadas.

Contrariando a expectativa de que haveria uma reação dos preços, a remuneração do orizicultor gaúcho tem estado estagnada há algum tempo, tendo sido de Cr$ 7.800/50 kg a média dos preços recebidos em outubro. Em novembro e na primeira metade de dezembro, esta média passou para Cr$ 8.000/50 kg.

Em Santa Catarina, o primeiro estado a colher o produto da nova safra, os preços ao produtor prosseguem abaixo do preço mínimo e há a expectativa da ocorrência de compras governamentais, fato inédito na região. Das 390 mil t esperadas para a safra catarinense, 300 mil virão dos 86.620 ha irrigados e, as restantes, dos 60 mil ha das plantações de sequeiro.

No Centro-Oeste e em Rondônia, confirmou-se a tendência à grande redução no plantio. Apenas Mato Grosso do Sul deverá expandir a área cultivada, em até 3%. Goiás a diminuirá em 8%, Mato Grosso em 24% e Rondônia em 26%.

No Norte-Nordeste, a situação ainda está indefinida. No Maranhão, principal produtor regional, registram-se ocorrências de chuvas na parte sul do estado. Os municípios de Grajaú, Balsas, Imperatriz e Riachão, no sul, são as que plantam primeiro. Mas só no correr do mês de janeiro se definirá melhor a tendência do cultivo. Nos demais municípios, o plantio dependerá das chuvas. Ainda é difícil um prognóstico acurado do comportamento dos orizicultores. Mas um balanço das intenções de plantio mostra que há um desânimo dos produtores devido às restrições do crédito

QUADRO 03 – ARROZ EM CASCA – EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE NO RIO GRANDE DO SUL – SAFRAS 1975/76 A 1981/82

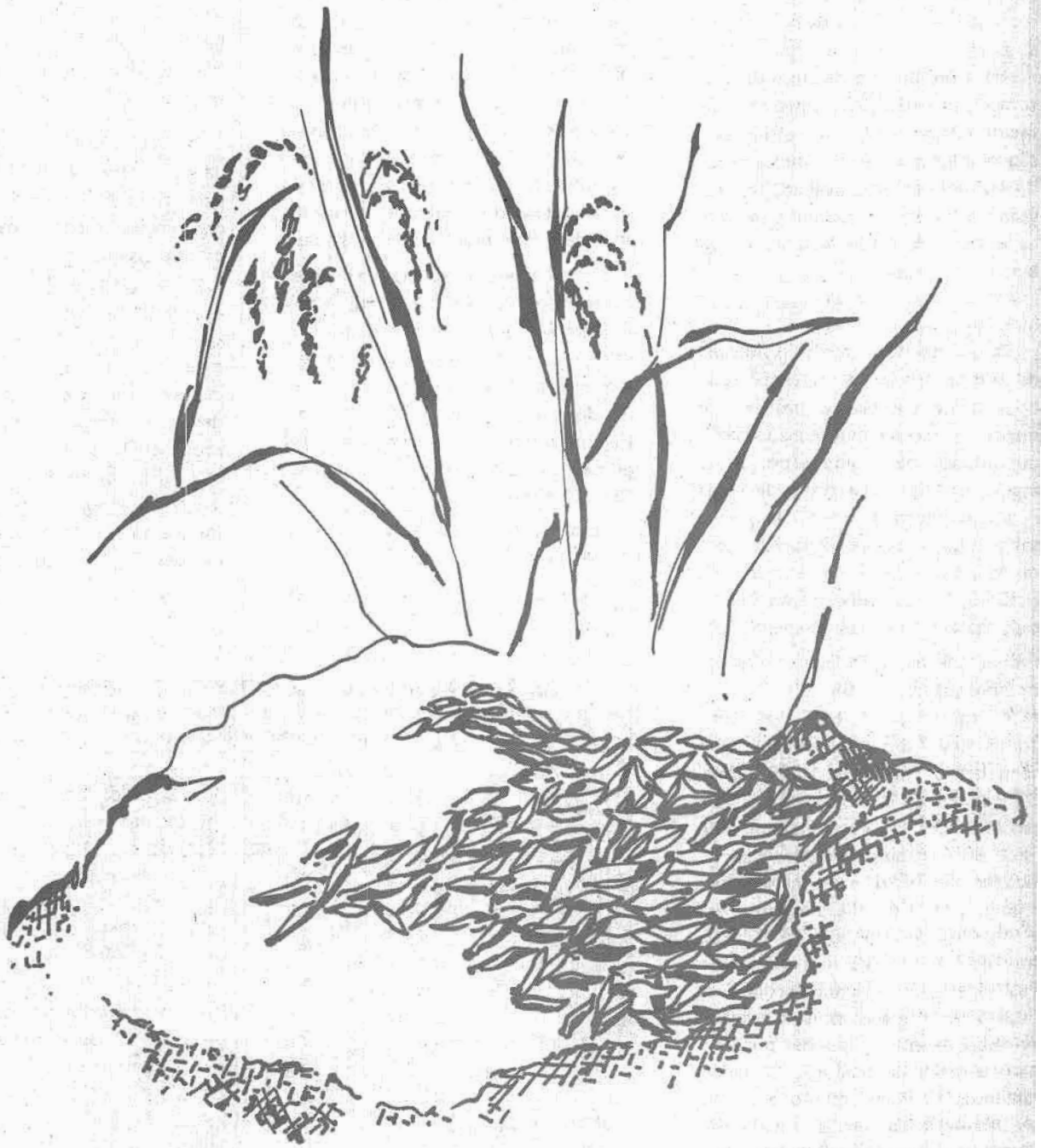
SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	520.000	1.850.000	3.558
1976/77	566.000	2.105.000	3.719
1977/78	538.800	2.009.103	3.729
1978/79	525.000	1.675.000	3.190
1979/80	598.982	2.293.386	3.829
1980/81	612.912	2.455.360	4.006
1981/82	624.254	2.589.885	4.149
1982/83	636.539	2.220.497	3.488
1983/84*	690.652	2.796.243	4.049

FONTE – IBGE
* Previsão

bancário e à aguda escassez de sementes, resultado direto da frustração da safra 1982/83. A maior dificuldade, porém, se encontra na disponibilidade da mão-de-obra, cuja migração maciça para os garimpos do Pará vem desfalcando o contingente de trabalhadores usualmente empregados na colheita do arroz, quase toda manual. Mesmo a desativação sazonal da garimpagem não trará reforços e, se o fizer, o período normal do plantio já estará ultrapassado.

Como elemento positivo, podem-se arrolar apenas os bons preços alcançados pelo produto, principalmente a partir do mês de julho. No entanto, dado o vulto da quebra, é duvidoso que estas cotações tenham sido consideradas um estímulo ao plantio de uma lavoura tão vulnerável ao clima, embora seja uma atividade tradicional no estado.

Conclui-se do exposto que o abastecimento do produto, em 1984, poderá enfrentar alguns problemas, cuja avaliação ainda é bastante difícil. O acompanhamento dos números referentes à safra 1983/84, nas próximas semanas, delineará o comportamento do mercado, fornecendo uma primeira visão da necessidade, ou não, de importação do produto.



FEIJÃO

EM 1984, A REGULARIDADE DO ABASTECIMENTO DEPENDE FUNDAMENTALMENTE DO NÍVEL DE PRODUÇÃO DA SAFRA DA SECA, CUJO PLANTIO ENCONTRA-SE EM ANDAMENTO. PARA ISSO, DEVERÁ PRODUZIR 1,1 MILHÃO DE T OU MAIS, IGUALANDO OU SUPERANDO A PRODUÇÃO ESPERADA NA SAFRA DAS ÁGUAS.

O abastecimento do mercado, há meses, vem sendo feito, basicamente, com o produto dos estoques governamentais, até mesmo da safra 1981/82, vendido pela **CFP**. Apenas a partir do fim de dezembro, começou o ingresso do feijão da nova safra e calcula-se que os estoques oficiais, em janeiro, tenham chegado a escassas 50 mil t. Neste início da comercialização, a maior parte das operações é de produto originário de São Paulo, principal consumidor do feijão de cores. O mais importante estado produtor, porém, é o Paraná que, nesta safra, poderá contribuir com quase 40% da oferta.

O **IBGE** está estimando a produção das águas em 1.124.653 t, cerca de 43% maior do que a da safra anterior e a área plantada deve ter sido, segundo a mesma fonte, reduzida dos 1,756 milhão de ha de 1982/83 para 1,638 milhão de ha neste plantio (–6%).

De acordo com o **Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná**, foram plantados 680 mil ha no estado, confirmando-se a previsão mais otimista anteriormente elaborada pelo órgão (entre 670 mil ha e 680 mil ha). Quanto à produtividade física, porém, sequer a avaliação conservadora, de 750 kg/ha poderá ser atingida, o que, no caso do feijão, ocorre a maior parte das vezes. A sucessão de problemas climáticos localizados reduziu o rendimento agrícola, no início da colheita, efetuado no Norte e Nordeste paranaenses, a 620 kg/ha. No início de janeiro, 340 mil ha já haviam sido colhidos, proporcionando 220 mil t de feijão. Até o momento não há restrições à qualidade da safra, com a maior parte do produto sendo classificada nos tipos 3 e 4.

É interessante observar a evolução do cultivo do feijão paranaense, no que se refere às variedades plantadas. Na atual safra, o feijão preto é o majoritário, com 52% da produção esperada, predominando a variedade **Tibagi**. Os feijões de cores respondem por 48% da safra, com o predomínio da variedade **carioca** (ver Mapas 01 e 02).

Os preços têm oscilado bastante, com o feijão preto alcançando Cr$ 17.000/60 kg no Sudoeste e Cr$ 20.000/60 kg no Oeste paranaense. Os feijões de cores chegam a Cr$ 30.000/60 kg. Há expectativa de que o feijão preto fique no nível mínimo e esta situação sugere a ocorrência de um menor plantio na safra da seca, algo em torno de 50 mil ha.

Em São Paulo, porém, a safra da seca já está sendo plantada e se espera uma área maior do que a do ano passado. Nas regiões de Itararé e Sorocaba, prevê-se um plantio 20% maior. Em razão do difícil acesso ao crédito e do rigor das condições de pagamento, a maior parte dos agricultores está utilizando recursos próprios.

Na safra das águas paulista também foram registrados problemas com o crédito e com a qualidade das sementes. Devido ao clima favorável, com chuvas esparsas, a produtividade alcançou 780 kg/ha (até a segunda semana de janeiro, 90% da área já haviam sido colhidas). O **Instituto de Economia Agrícola** estimou a área plantada desta safra em 212,8 mil ha, 16,5% a mais do que a safra das águas anterior e prevê uma colheita de 165 mil t.

No mercado paulista, os preços estão estabilizados, após grande recuo, quando do início da colheita. No momento, o preço ao produtor aproxima-se dos Cr$ 30.000/60 kg, razão da propensão a aumentar o plantio na safra da seca.

Se nos dois principais estados produtores da safra das águas a situação pode ser considerada tranqüila, na maior região produtora do Nordeste ocorre o inverso. A **Emater**, em Irecê, avaliou as perdas da safra em pelo menos 70%. Choveu muito pouco e já se sabe que dificilmente haverá alguma precipitação não induzida. Apenas os esforços conjuntos da **Sudene** e do **II Comando Aéreo Regional** poderão salvar o feijão ainda em floração, através do bombardeamento das nuvens. Esperava-se um plantio de 115 mil ha para a região (na safra anterior foram 149,2 mil ha), mas a extensão efetivamente cultivada deve ter sido menor, pois após o dia 15 de dezembro não se plantou mais, pela ausência de cobertura do **Proagro**. Os preços são elevados na região, entre Cr$ 40 mil e Cr$ 45 mil a saca de 60 kg.

Nos demais estados, apesar da escassez de sementes de qualidade, o clima permitiu a obtenção de bons

índices de produtividade, embora não se tenha uma visão definitiva dos efeitos de adversidades climáticas, como os da estiagem no Rio Grande do Sul. Supondo-se que a produção atinja os 1,1 milhão de t previstos pelo **IBGE**, a safra da seca terá de prover uma quantidade igual ou maior do produto, para o pleno abastecimento do mercado. Isto considerando-se que a redução do consumo, detectada, mas não dimensionada, tenha-o situado ao redor de 2,2 milhões de t, contra os 2,55 milhões de t previstos para a safra 1982/83 (ver **Agroanalysis**, vol. 7, nº 11). O esgotamento dos estoques do governo recoloca o país numa situação de vulnerabilidade, que se acreditava afastada por algum tempo. Na verdade, a boa posição das reservas constituídas pela **CFP**, derivava da compressão do mercado por safras relativamente volumosas e, não, de uma política elaborada especificamente com o fim de preservar os interesses de produtores e consumidores.

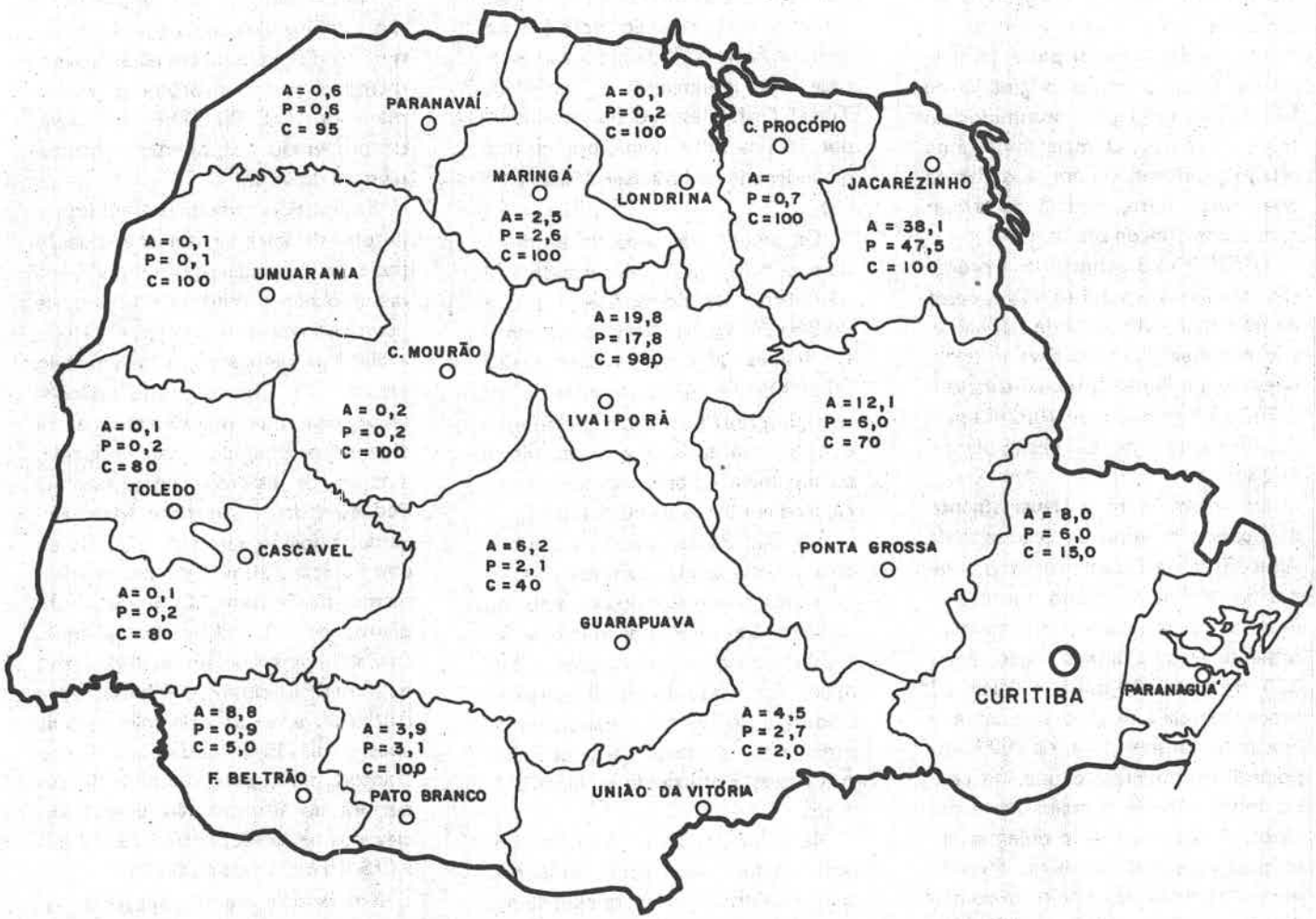
BRASIL - ESTADO DO PARANÁ

FEIJÃO DA SECA (2ª SAFRA)

PARTICIPAÇÃO MÉDIA NA ÁREA E NA PRODUÇÃO ESTADUAL - 1980/1982

(Em %)

MAPA 01



LEGENDA : A = ÁREA P = PRODUÇÃO C = FEIJÃO DE CORES (% da produção na região)

FONTE : DERAL

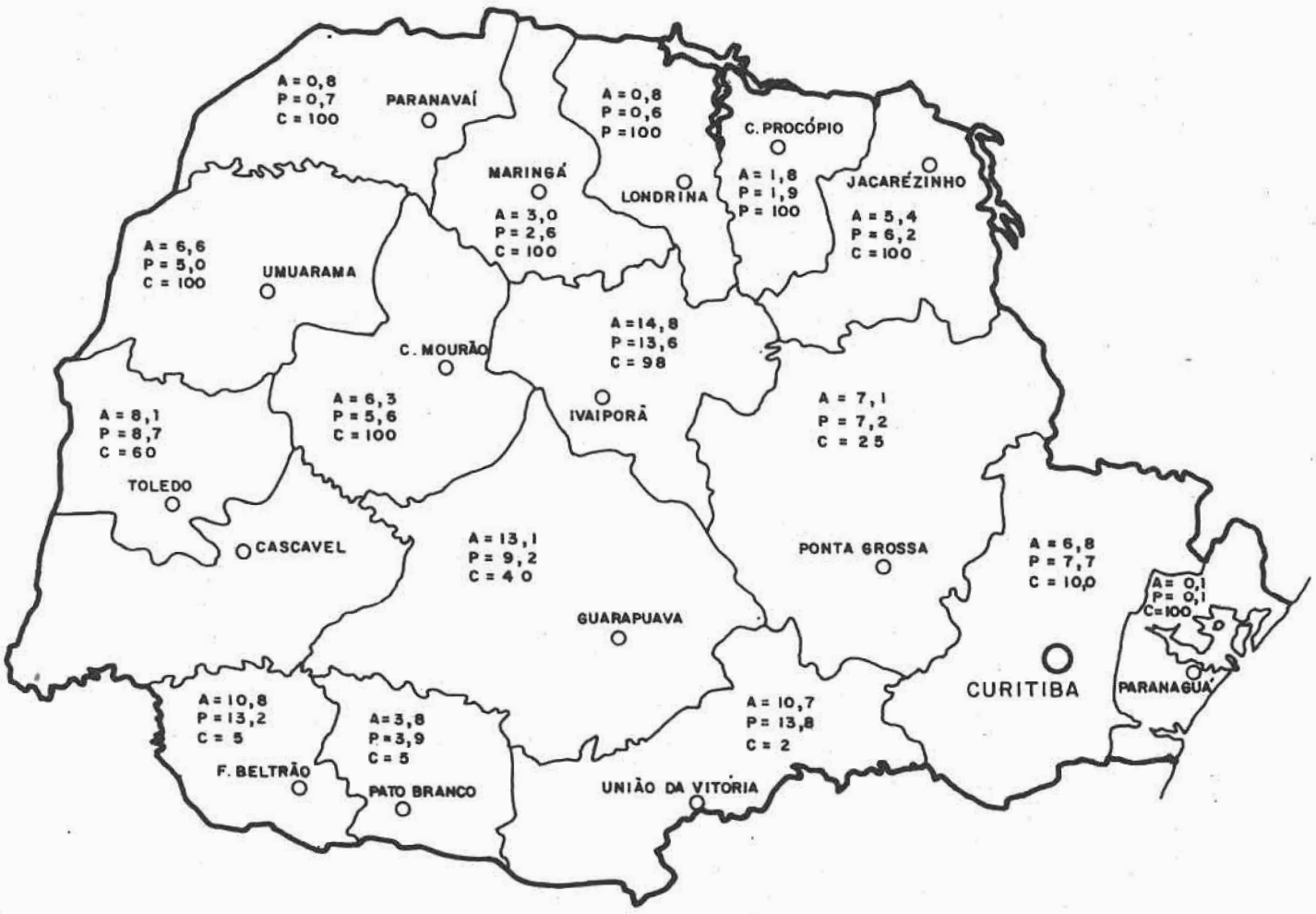
BRASIL - ESTADO DO PARANÁ

FEIJÃO DAS ÁGUAS (1ª SAFRA)

PARTICIPAÇÃO MÉDIA NA ÁREA E NA PRODUÇÃO ESTADUAL-1981 /1982

(Em %)

MAPA 02



LEGENDA: A = Área P = Produção C = Feijão de cores (% da produção na região)

FONTE: DERAL

FUMO

APESAR DO NÍVEL BAIXO DAS COTAÇÕES NO MERCADO INTERNACIONAL, AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS CRESCERÃO EM 1984, DEVENDO ATINGIR A CASA DOS US$ 600 MILHÕES. NO ÂMBITO INTERNO, O CONSUMO VEM DECLINANDO EM FUNÇÃO DA QUEDA DO PODER AQUISITIVO DA POPULAÇÃO.

A produção brasileira de fumo em folhas, em 1983, totalizou 399.798 t, ou seja, diminuiu 5% em relação a 1982, constituindo-se no segundo pior resultado dos últimos cinco anos. As condições do clima foram bastante adversas e o rendimento agrícola médio alcançou apenas 1.234 kg/ha. O produto perdeu também em qualidade e o agricultor sofreu as conseqüências desses fatos, já que o reajuste de preços, naquele ano, foi de somente 98%. Em outras palavras, em 1983, caiu substancialmente a receita do produtor de fumo, em valores reais. As perspectivas para a próxima safra, contudo, são de crescimento da produção (cerca de 8%), apesar da menor área plantada, caso não ocorram intempéries. De acordo com o **IBGE**, na Região Centro-Sul, a colheita de 1984 poderá evoluir 13% (Prognóstico de novembro de 1983).

No Sul do país, onde se concentram quase 80% do fumo produzido, o qual é destinado quase que exclusivamente à exportação e à fabricação de cigarros, a situação dos produtores é de insatisfação relativamente aos acordos realizados com as indústrias. O preço atual do fumo, no nível do agricultor, foi reajustado na primeira quinzena de dezembro de 1983 (180% as variedades **Virginia** e **Burley** e 185%, o **Galpão Comum**), situando-se novamente aquém do desejado. Todavia, a dependência dos fumicultores em relação aos fabricantes é muito arraigada, sendo pouco provável que, pelo menos a médio prazo, os primeiros possam transferir-se para outras atividades. Há toda uma infra-estrutura montada (estufas, em especial), as empresas proporcionam assistência técnica, financiam o custeio e garantem a colocação do produto. Acresce, ainda, o fato de que a cultura se faz geralmente em pequenos estabelecimentos, sendo a mão-de-obra familiar utilizada em larga escala. De acordo com o recenseamento de 1975, quase 60% da produção de fumo originaram-se nos estabelecimentos menores de 20 ha.

Como é sabido, o fumo assume papel importante para a economia do país, sendo responsável por expressiva receita tributária, através do Imposto sobre Produtos Industrializados (**IPI**). O **IPI** que incide sobre os cigarros representa nada menos do que 10% de todos os impostos arrecadados pela União e, dentro da receita total do **IPI**, os cigarros participam com aproximadamente 40%. Em 1983, o governo procurou arrecadar com o referido imposto Cr$ 1,1 trilhão, elevando sua alíquota de 57,63% para 68,42% e concedendo reajustes nos preços dos cigarros, os quais totalizaram 153%. No final de dezembro de 1983, entretanto, em razão da **Emenda Passos Porto**, a incidência do **IPI** sobre os cigarros diminuiu para 63,81%. Os cigarros foram majorados em 50%, em janeiro de 1984.

O mercado interno parece ter atingido um ponto a partir do qual não suportará novas altas conjugadas com a perda do poder aquisitivo da população. As vendas, que já haviam registrado decréscimo nos últimos anos, sem dúvida cairão ainda mais, em 1984. Um reflexo desta situação tem sido a recente diversificação das indústrias do fumo, em atividades tais como vestuário, alimentos e outras.

Se não são favoráveis as perspectivas do mercado nacional, o mesmo não se pode dizer dos negócios externos. A **Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo)** estima que as exportações brasileiras de fumo em folhas (incluindo charutos, cigarros e cigarrilhas) somarão US$ 600 milhões, em 1984 (+ 20%, em relação ao ano anterior). A **Abifumo** prevê que, até 1990, as vendas para o exterior atingirão US$ 1,1 bilhão.

O fumo brasileiro tem sido muito bem recebido no mercado externo, associando os bons preços à qualidade, em especial, a variedade **Virginia**, produzida no Sul do país. É claro que o aumento das exportações vai depender do comportamento mundial da indústria de cigarros. Da mesma forma que no Brasil, o crescimento dos impostos e dos preços, bem como a persistência da recessão, entre outros fatores, têm reduzido a demanda.

De qualquer modo, como já foi dito, os exportadores estão otimistas. O Imposto de Exportação, fixado em 20%, como forma de neutralizar os efeitos da maxidesvalorização de fevereiro de 1983, foi eliminado em setembro de 1983 (Resoluções 811 e 860, do **Banco Central do Brasil**). As sucessivas minidesvalorizações, por sua vez, têm permitido

descontos aos importadores. Esta situação deverá repetir-se, em 1984, e o Brasil poderá exportar maior quantidade de fumo (os excedentes, note-se, crescerão), a preços mais baixos, é verdade, não obstante a perspectiva de novo declínio do consumo mundial e os elevados estoques existentes nos EUA.

No mercado internacional do fumo em folhas, os EUA são os maiores vendedores (seguindo-se-lhes Brasil e Zimbábue) e compradores. As exportações daquele país decepcionaram, em 1983, devido aos altos custos de produção, aliados à valorização do dólar. As importações cresceram 14% (1º sem/83). Vale dizer que 30% do fumo utilizado na fabricação dos cigarros norte-americanos são importados.

Ainda com respeito aos EUA, sua produção de fumo diminuiu, em 1983, em face dos problemas climáticos e do menor consumo de cigarros. Está prevista nova quebra da safra. Já o Zimbábue, que obteve boa colheita naquele ano e desvalorizou sua moeda em 20% (novembro de 1982), deverá exportar quantidades significativas, em 1984.



SUCO CÍTRICO

A FORTE ONDA DE FRIO QUE SE ABATEU SOBRE OS POMARES DE LARANJA DA FLÓRIDA TRANSFORMA EM EUFORIA O DESÂNIMO QUE PREVALECIA NA AGROINDÚSTRIA CITRÍCOLA DO PAÍS. A QUEBRA DA SAFRA NORTE-AMERICANA SIGNIFICARÁ MAIORES VENDAS A MELHORES PREÇOS, ALÉM DO ESVAZIAMENTO DOS ELEVADOS ESTOQUES EXISTENTES.

A quebra da safra americana 1983/84 de laranja, causada pela forte onda de frio que se abateu sobre os pomares da Flórida e do Texas, veio modificar por completo as perspectivas brasileiras no que tange à exportação de suco concentrado. A safra do estado da Flórida, cuja expectativa, no início de outubro, oscilava entre 178 e 186 milhões de caixas (de 40,8 kg) acabou sendo estimada pelo USDA em 168 milhões, em meados de outubro passado. As baixas temperaturas que ocorreram no final de dezembro e início deste mês, deverão, porém, reduzir a produção daquele estado em cerca de 25% (129 milhões de caixas). As primeiras informações revelam que a oferta de suco deverá se reduzir em cerca de 30%, em virtude não só da diminuição na quantidade de fruta, como também em conseqüência da redução esperada no rendimento industrial, estimado inicialmente em 1,43 galão*/cx. A produção americana de suco concentrado de laranja, cuja estimativa inicial era de 200 milhões de galões a 43° **brix**, deverá ficar em aproximadamente 130 milhões de galões, para um consumo estimado de 230 milhões de galões em 1983/84. Vale lembrar que os baixos estoques existentes nos EUA (cerca de 45 milhões de galões) são insuficientes para reduzir as volumosas importações necessárias para atender à demanda interna. Os EUA necessitarão importar cerca de 100 milhões de galões para normalizar o abastecimento interno.

As exportações brasileiras de suco para os EUA, que em 1981/82 foram de 70,3 milhões de galões, chegaram no ano seguinte a apenas 48,7 milhões, reduzindo em cerca de 31%, como reflexo de uma safra maior e de estoques elevados naquele país.

Em 1983/84, as importações norte-americanas estão estimadas em mais de 230 mil t a 60° **brix** (equivalente a 100,0 milhões de galões a 43° **brix**), isto é, acima do nível de 1981/82, reflexo direto da quebra da safra.

Os estados do Arizona e da California, por sua vez, também deverão colher este ano quantidades inferiores de laranja. A estimativa divulgada em novembro pelo USDA dava conta de reduções de 37% para a California e 16% para o Arizona em relação às produções obtidas em 1982/83.

A diminuição da oferta de laranja nos EUA deverá, além de reduzir a produção do suco concentrado, afetar de forma significativa o abastecimento do mercado da fruta **in natura**. Em 1982/83, as boas safras da California, Arizona e Texas garantiram um suprimento folgado do mercado interno e tornaram possível ainda um aumento das exportações para o mercado internacional.

No que se refere à produção brasileira de suco concentrado em 1983/84, a quantidade deverá ficar em torno de 490 mil t, 11% menor que a de 1982/83. Embora o resultado esperado no início do ano fosse de 460 mil t, a moagem final de cerca de 140 milhões de caixas de laranja (de 40,8 kg cada) representará uma produção superior à prevista inicialmente.

A redução do Imposto de Exportação de 20% para 1%, e a escalada inflacionária, com a conseqüente aceleração das minidesvalorizações do cruzeiro, explicam, em parte, a disposição da indústria de aumentar o volume do produto processado. A aceleração das minidesvalorizações vem beneficiando o exportador, na medida em que o valor das vendas externas, em termos de cruzeiros, aumenta mais do que os custos internos de produção da indústria. A laranja, principal componente dos custos de produção, passou a representar um custo bem menor, tendo em vista que o aumento das taxas de inflação dos últimos meses corroeu grande parte do valor real de seu preço, acertado entre citricultores e a indústria em meados do ano passado. O valor fixado, de Cr$ 850/caixa, com pagamento em três parcelas (entrada de Cr$ 150 em julho, Cr$ 550 em NPR (Nota Promissória Rural) para noventa dias do ato da entrega da fruta e os Cr$ 150 restantes em 31 de janeiro), teria que ter seu valor nominal duplicado para garantir ao citricultor o mesmo poder de compra da época do acordo. A forma de pagamento, na realidade, prejudicou o agricultor, na medida em que as taxas recordes de inflação reduzem o valor real dos Cr$ 700 que seriam pagos após a primeira parcela. O que significou uma perda para os agricultores acabou se transformando em ganho para o exportador, visto que o valor real da matéria-prima foi reduzido significativamente. Esta transferência de renda se deve, sem nenhuma dúvida, à aceleração do pro-

*** 1 galão = 3,15 kg a 43° *brix* de concentração de sólido solúvel.**

cesso inflacionário que, na época do acordo, não poderia ser prevista.

É oportuno destacar que a indústria irá se beneficiar também do aumento previsto nas exportações para o mercado americano. O aumento das vendas externas de suco brasileiro, além de aumentar a entrada de divisas, diminúi os estoques internos do produto. Os custos de estocagem da indústria deverão ter assim uma apreciável redução.

A quota de exportação determinada inicialmente pela **Cacex** para o ano comercial 1983/84, de 440 mil t, foi elevada em dezembro para 538 mil. Desse total, cerca de 190 mil serão exportadas no período de janeiro a junho deste ano.

Representantes da **Cacex** e das indústrias decidiram, após reunião de janeiro, que o preço mínimo de exportação passaria de US$ 1.100/t para US$ 1.250/t, em decorrência da rápida valorização do suco no mercado internacional. As cotações do produto na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque se elevaram em 20% no período de duas semanas, alcançando, no início de janeiro, o patamar de 140 ¢/lb-peso de sólido solúvel (ver Gráfico 01).

Tudo indica que as vendas brasileiras de suco em 1983 devem ter alcançado cerca de US$ 600 milhões, com uma quantidade estimada de 550 mil t.

No tocante ao ano comercial 1983/84, que termina em junho próximo, as vendas de suco para o mercado externo deverão chegar ao limite da quota de exportação de 538 mil t. Caso isto ocorra, o estoque remanescente de 1983/84 será praticamente nulo, deixando a indústria em ótima situação. Até recentemente as projeções indicavam um estoque final entre 70 e 80 mil t.

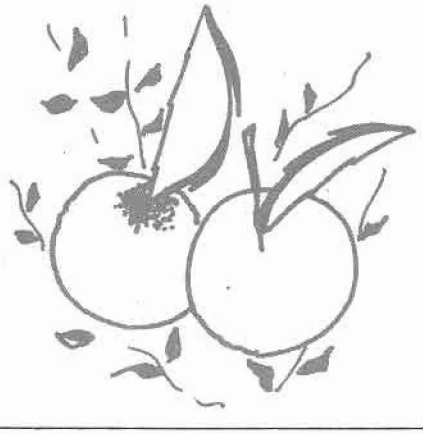
As projeções para 1984 indicam que o país poderá auferir, com a venda de suco, uma receita próxima dos US$ 800 milhões, superando o recorde de 1981.

As perspectivas animadoras para as exportações, nos próximos dois anos, pelo menos (a produção dos EUA não conseguirá se recuperar no curto prazo), fizeram com que os industriais se prontificassem a adquirir antecipadamente a safra que entra no mercado em maio. O preço oferecido aos citricultores, de Cr$ 3.000/caixa parece bastante compensador, comparativamente ao preço da safra que está terminando.

A fixação de um preço nominal no acordo firmado em meados do ano passado terminou representando para o produtor uma grande perda. Atualmente os citricultores reivindicam um reajuste no preço da caixa, que compense a produção. Os produtores pleiteam um pagamento adicional de Cr$ 770/caixa, como forma de atualizar o preço previamente fixado. Na realidade, esta renegociação de preço representa uma tentativa de se distribuir entre as partes interessadas uma parcela do lucro que será consequido em virtude da quebra da safra americana.

Esta renegociação poderia ser evitada, caso existissem, no acordo firmado em meados de 1983, mecanismos que garantissem ao produtor ganhos proporcionais aos da indústria. Assim, torna-se necessário um acordo mais flexível, que leve em consideração as alterações de perspectivas, de modo a não afetar apenas uma das partes.

O sistema que leva hoje os produtores a pleitear um adicional ao preço fixado em meados de 1983, continua, porém, sendo praticado, quando da venda antecipada da safra 1983/84. Não resta dúvida que o preço atual parece remunerador, e que a produção necessita desses recursos para as despesas que terá até a colheita.



Dessa forma, tanto industriais como citricultores, deverão buscar um sistema que garanta uma remuneração justa para ambas as partes, sob pena de se colocar em risco toda a atividade. A reduzida remuneração oferecida à produção nos últimos anos, vem causando sérios prejuízos ao produtor, que, numa tentativa de preservar seus ganhos, reduz ano a ano os gastos que deveria fazer com a cultura. O reflexo direto desta situação é sentido no rendimento físico da citricultura paulista, cuja produção encontra-se hoje no mesmo nível de três anos atrás. Destaque-se que nesse período o número de pés plantados e em produção experimentou considerável acréscimo.

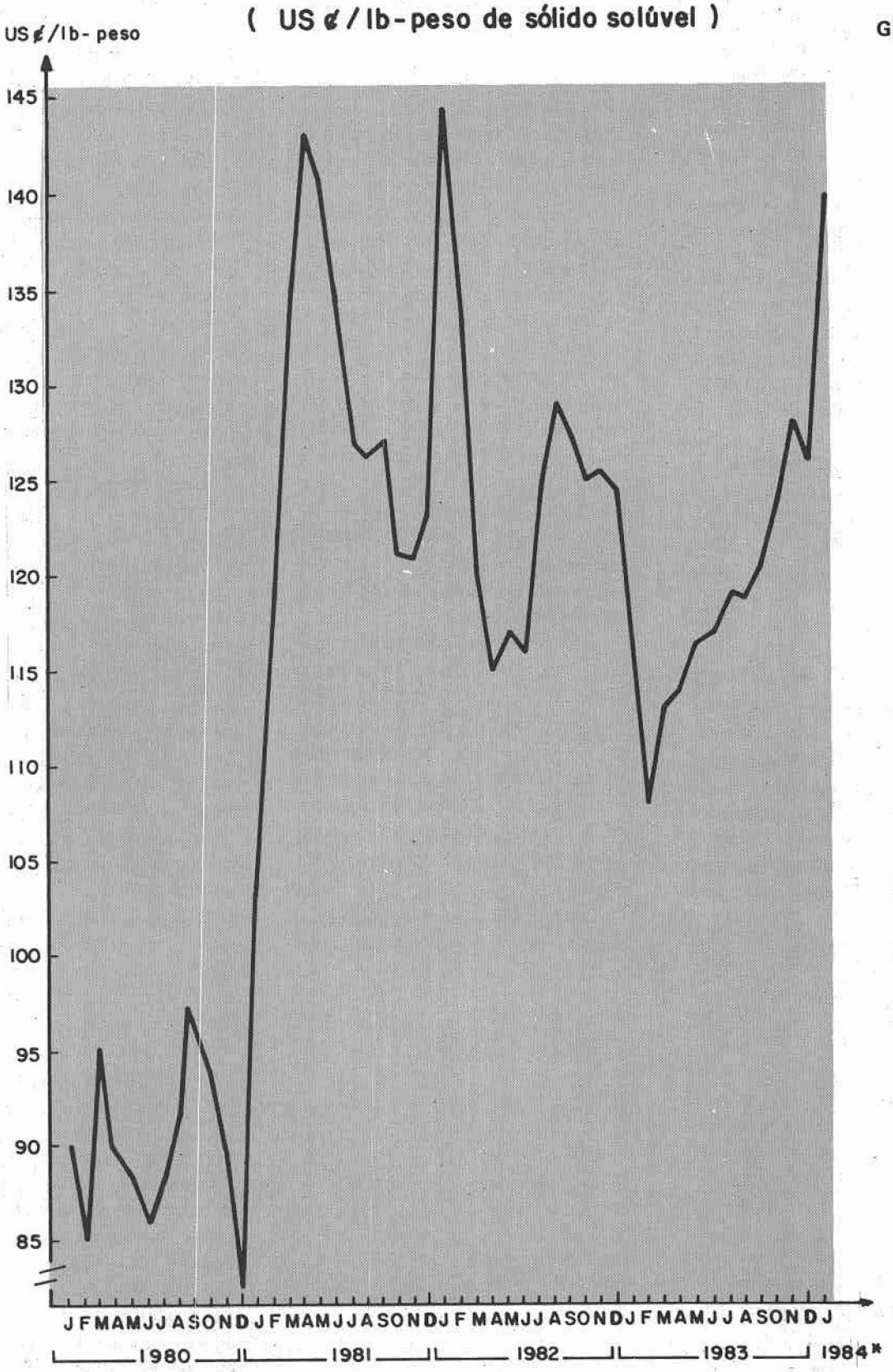
A obtenção de aumentos constantes na produtividade da cultura, de forma economicamente viável, reduz os custos, tanto da produção como da indústria, beneficiando as duas partes envolvidas.

Os próximos dois anos deverão marcar um período extremamente favorável para a citricultura brasileira, visto que as vendas externas de suco deverão se manter em patamar bastante elevado. Por outro lado, a produção alcançará também quantidades expressivas, caso se aprimorem efetivamente os tratos culturais. Para 1983/84, a projeção do **USDA** prevê uma safra de laranja em São Paulo entre 185 e 190 milhões de caixas, contra 180 milhões que foram colhidas em 1982/83. A produção de suco daí decorrente, segundo o **USDA**, deverá ficar aproximadamente entre 500 e 520 mil t. Tudo indica que essa quantidade deverá ser quase que totalmente absorvido pelo mercado externo durante o próximo ano comercial de 1984/85, propiciando a entrada de significativa quantidade de divisas.

SUCO DE LARANJA CONCENTRADO
COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS DO 1º FUTURO NA BOLSA DE MERCADORIAS DE NOVA IORQUE - 1980-84

(US ¢ / lb - peso de sólido solúvel)

GRÁFICO 01



FONTE: Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque

* Média da 1ª semana

TRIGO

A PRODUÇÃO BRASILEIRA, EM 1983, CARACTERIZOU-SE PELA ALTA PRODUTIVIDADE. INFELIZMENTE, NO ANO EM QUE AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS FORAM BENIGNAS, A ÁREA PLANTADA FOI PEQUENA. DESSE MODO, AS IMPORTAÇÕES, EM 1984, DEVERÃO CONTINUAR ELEVADAS.

Em 1983, a produção brasileira de trigo acabou apresentando resultados surpreendentes. De início, tinha-se como certa uma acentuada redução do plantio, consequência da severa frustração da safra de 1982. As chuvas de maio atrasaram a semeadura no Paraná, fazendo com que se rebaixassem ainda mais as previsões de área plantada, inicialmente projetada, em termos de Brasil, em até 2,2 milhões de ha, contra 2,9 milhões plantados em 1982. Por fim, o total da área semeada acabou ficando em 1,9 milhão de ha e esperava-se uma produção da ordem de 1,9 milhão de t. Mas, ao contrário de 1982, o clima se comportou de maneira extremamente satisfatória, o que permitiu um reajuste gradativo (para mais) das projeções de produtividade.

Segundo os dados de novembro do **IBGE**, o rendimento médio teria alcançado os 1.183 kg/ha, com uma produção esperada de 2,27 milhões de t. Os dois maiores produtores — Paraná e Rio Grande do Sul — apresentaram excelentes desempenhos, com produtividades acima dos 1.100 kg/ha (ver Quadro 04).

Apesar da boa **performance** da safra de 1983, os problemas com relação ao trigo estão longe de serem resolvidos.

Conforme prática em vigor, o preço pago ao produtor nacional é calculado em dólares. De acordo com este critério, apesar do rebaixamento sensível que ocorreu após a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro, os produtores nacionais conseguiram obter preços razoáveis. Mas o encarecimento progressivo dos juros e a redução da parcela do **VBC** financiada a créditos favorecidos acarretam novas dificuldades.

Para 1984, essas dificuldades aumentarão pois o Conselho Monetário Nacional igualou os juros do crédito rural à evolução das **ORTN's**, mais 3%. Tratando-se de uma lavoura especialmente sujeita a quebras, essa mudança poderá ser extremamente negativa. De fato, a concessão de crédito a juros favorecidos teria exatamente a função de elevar a rentabilidade de uma atividade mais sujeita a riscos do que as demais.

A questão do subsídio creditício é extremamente controvertida. Quando os recursos são concedidos a atividades produtivas realmente importantes, como é o caso da cultura do trigo, tudo indica que há um efeito social positivo.

A história da defasagem entre a produção e o consumo nacionais é longa e complexa. As dificuldades são conhecidas: no Sul, a instabilidade do clima subtropical aumenta demais os riscos das lavouras, ao mesmo tempo em que a falta de infraestrutura, no cerrado, (área em tese propícia à produção do cereal com produtividades superiores às obtidas no Sul), impede a expansão da triticultura naquela região.

Para atender às necessidades do consumo, o país tornou-se dependente de importações de trigo. Esta dependência aprofundou-se a partir de 1972, quando, para evitar que o crescimento das cotações externas fosse repassado ao consumidor brasileiro, as autoridades responsáveis resolveram vender o cereal, no mercado nacional, por preços inferiores aos que realmente custará o produto, no mercado internacional.

QUADRO 04 — TRIGO — ESTIMATIVA DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO BRASIL E EM ESTADOS SELECIONADOS — 1983

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO kg/ha
Brasil	1.922	2.273	1.183
Paraná	938	1.070	1.141
Rio Grande do Sul	685	798	1.165
São Paulo	146	200	1.367
Mato Grosso do Sul	114	158	1.383
Minas Gerais	19	28	1.442
Santa Catarina	18	17	960

FONTE — IBGE

Esta medida **conjuntural**, que já dura há doze anos, tem sido apontada como uma das grandes responsáveis pelos males da inflação brasileira.

Quando as cotações do trigo no mercado externo começaram a declinar, a partir de 1974, surgiu o receio de que a retirada do subsídio pessionasse a inflação, através do crescimento dos preços. É esta provavelmente a razão pela qual, entre fevereiro de 1974 (época em que a tonelada de trigo era vendida aos moinhos por Cr$ 734) e agosto de 1980, quando passou a Cr$ 1.968,80, o preço do cereal sofreu apenas dois reajustes: um em dezembro de 1976 e outro em maio de 1978 (ver Quadro 05).

A defasagem acumulada apenas nesse período já seria suficiente para determinar, por um longo período, um reajuste obrigatório permanente dos preços de venda dos moinhos, para que o déficit da **conta trigo** tendesse a zero.

Mas não foi isso o que ocorreu. Com a aceleração rápida da inflação, após o início da retirada do subsídio, os reajustes ganharam maior freqüência. Mas, em 1981, foram se tornando mais raros e, em 1982, houve apenas um aumento, em maio.

Isto significa que uma nova defasagem se acumulou. Em 1983, pela força imperiosa dos acordos externos, houve três reajustes. Entre fevereiro e setembro deste ano, os preços de venda aos moinhos sofreram um acréscimo de 180%.

Mesmo assim, em meados de dezembro as autoridades governamentais pagaram pelo trigo quase o dobro do preço que cobram dos moinhos.

Do ângulo do consumidor, a retirada do subsídio representa o encarecimento de produto básico de sua cesta alimentar. Os preços da farinha de trigo comum passaram de Cr$ 153,50/50 kg em maio de 1980 para Cr$ 6.902,00/50 kg em setembro de 1983. É bem verdade que esses aumentos incorporam custos de outros fatores (energia, mão-de-obra etc).

Por isso mesmo, o consumo **per capita** da farinha vem declinando desde 1980, quando atingiu 43 kg/ano. Segundo a **Sunab**, esse consumo foi de 36,6 kg/ano em 1982 e deverá ter declinado novamente em 1983 para algo em torno de 33 kg.

Ao mesmo tempo, não é possível supor que a demanda de bens substitutos tenha crescido no mesmo período. Em particular no ano de 1983, a produção de cereais e oleaginosas (a



chamada safra de **grãos**) sofreu uma drástica redução, o que acabou prejudicando a política oficial para o trigo.

O consumo de 1983 deverá superar em 300 mil t o total de 5,5 milhões de t, estipulado inicialmente, pela **Sunab**. Isto porque o enorme encarecimento do arroz, feijão, milho e demais produtos agrícolas destinados ao abastecimento interno fez com que os produtos derivados de trigo ainda permanecessem relativamente mais baratos.

O que ocorreu em 1983 vem indicar que, mais do que hábitos de consumo, no caso de produtos básicos de alimentação, é o preço relativo dos diversos bens que determina sua demanda. Nos onze primeiros meses do ano, o preço do trigo cresceu 264%. O dos cereais e grãos, que compõem o índice de Preços por Atacado da Fundação Getúlio Vargas, aumentou 423%.

Para 1984 persistem as metas de redução do consumo interno e do subsídio. Existe um plano de suprimir completamente o subsídio até meados do ano. Quanto ao consumo, é difícil prever o que ocorrerá, pois ele depende da evolução dos preços do trigo e da disponibilidade e preços dos seus substitutos.

QUADRO 05 - BRASIL – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE TRIGO PAGOS PELOS MOINHOS – PERÍODO DE MARÇO DE 1974 A SETEMBRO DE 1983

DATA DE VIGÊNCIA	PREÇO (Cr$/t)	DATA DE VIGÊNCIA	PREÇO (Cr$/t)
04.03.74	734	16.02.81	8.226
06.12.76	1.202	1º.06.81	11.310
12.05.78	1.562	21.12.81	18.096
18.08.80	1.968	10.05.82	27.144
22.09.80	2.716	14.02.83	35.290
20.10.80	3.750	27.06.83	70.580
15.12.80	5.673	05.09.83	98.812

FONTE – Departamento de trigo – Sunab

PECUÁRIA DE CORTE

SEM AS EXPORTAÇÕES MUITO PROVAVELMENTE O PREÇO REAL DA CARNE BOVINA NÃO TERIA AUMENTADO EM 1983 NO MERCADO INTERNO, UMA VEZ QUE HOUVE UMA RETRAÇÃO NÍTIDA DA DEMANDA. A ANÁLISE RETROSPECTIVA DOS PREÇOS DO BOI GORDO, DA CARNE BOVINA E DOS ANIMAIS DE REPOSIÇÃO (BEZERRO E BOI MAGRO) AJUDA A ENTENDER A QUESTÃO.

A análise da evolução dos preços reais da carne bovina, do boi gordo e dos animais de reposição (bezerro e boi magro), nos dois últimos ciclos pecuários (1969/77 e 1977/82), permite algumas inferências importantes para a compreensão do panorama atual do mercado da carne no Brasil. Brasil.

A primeira delas se refere ao modo uniforme como os preços dosprodutos nos seus diferentes estágios (bezerro, boi magro, boi gordo e carne bovina) oscilam dentro do ciclo pecuário. Estas oscilações apresentam grandes amplitudes que diminuem à medida que o produto vai se aproximando do consumidor final. Considerando-se os preços reais médios anuais, a cotação do bezerro, nos anos de pico de preços (1973 e 1979), chega a ultrapassar até três vezes a cotação dos anos de baixa (1977 e 1982). No caso do boi magro, esta relação se situa um pouco acima do dobro. Para o boi gordo, a relação se aproxima do dobro e para a carne bovina, ela é de apenas 1,6 (ver Gráficos 02 e 03).

Esse decréscimo da variação dos preços máximos e mínimos dos produtos pecuários na direção do consumo indica a intensidade da influência governamental, que se torna mais forte quando vai chegando na esfera do consumidor. Os planos anuais de estocagem de carne congelada, para venda nos meses de entressafra, são exemplos da interferência oficial no abastecimento urbano. É aliás nesta área que, por sua maior ressonância social, as crises têm que ser previstas e, se possível, debeladas.

No sentido contrário, isto é, na medida em que a estrutura do mercado é mais pulverizada, prevalecem com mais intensidade as forças de mercado. É a razão pela qual, no caso dos preços dos bezerros, a variação aumenta de maneira exagerada. Em vista disso, quando o preço do bezerro se avilta, o produtor se sente forçado a abater as matrizes. Desencadeia-se então um processo que, segundo o próprio ciclo biológico, vai acabar provocando, três anos mais tarde, a escassez da carne bovina no mercado.

Muito numerosos e dispersos geograficamente, os criadores quase sempre desenvolvem suas atividades ao desamparo de medidas governamentais específicas. A maior concentração física e geográfica dos pecuaristas especializados nas etapas seguintes (desenvolvimento e engorda do novilho), permitindo uma melhor organização da categoria, confere-lhes um maior poder de pressão junto ao governo. Neste sentido, a existência de uma linha de crédito para o financiamento do boi em pé comprova o maior poder de barganha do segmento especializado na engorda de bovinos.

Os frigoríficos, por sua vez, constituem um segmento que, enquanto responsável pelo abate e distribuição da carne nos centros urbanos, recebe tradicionalmente tratamento privilegiado, em termos de cobertura financeira.

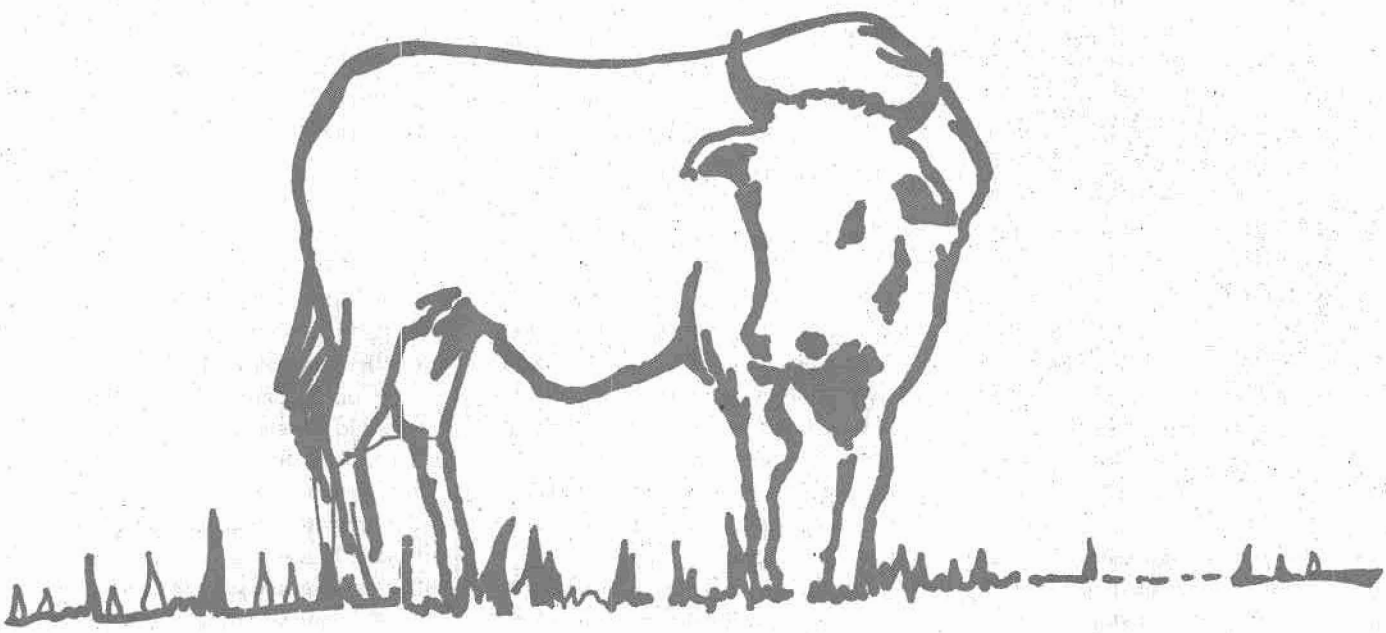
A atuação governamental, mais forte nos segmentos da cadeia próximos ao consumidor, se bem que no curto prazo o favoreça, no longo prazo não contribui para a estabilização da oferta de carne bovina. Isto ocorre porque o elo inicial, ou seja, a produção do bezerro, fica descoberto. E é exatamente aí, nesse elo inicial, que está a chave do problema básico que consiste no controle das variações do ciclo pecuário. A implementação, em caráter permanente, de uma linha de crédito para conservação de matrizes, sempre que os preços do boi gordo começam a declinar, terá efeitos benéficos sobre os elos da cadeia, promovendo, a partir de uma oferta mais estável de bezerros, a regularização da oferta final da carne bovina. A estabilização da oferta, irá determinar, a longo prazo, uma oscilação mais racional dos preços, de modo a não causar transtornos maiores para o pecuarista e o consumidor.

A outra inferência importante que se pode tirar da análise dos números relativos aos dois últimos ciclos pecuários diz respeito à uniformidade da variação da relação **"preço médio real do ano de alta/preço médio real do ano de baixa"** para todas as categorias dos produtos pecuários. Assim, na categoria bezerro, a relação, que era de 2,2 para os anos 1974 (ano de alta) e 1977 (ano de baixa) saltou para 2,6 nos anos 1979 e 1982. No caso do boi magro, a relação pulou de 1,9 para 2,1. No boi gordo, de 1,4 para 1,9 e, na carne bovina, de 1,2 para 1,5. (ver Gráficos 02 e 03).

Esta variação da relação se originou de uma queda de preços dos produtos pecuários no período entre 1979 e 1982, muito mais forte do que no de 1974 e 1977. A explicação mais plausível para esta variação está na nova política salarial, implantada a partir de 1979, que passou a reduzir sistematicamente o poder de compra da classe média, principal segmento consumidor da carne bovina. Pode-se afirmar ainda, com grande margem de segurança, que o forte incremento verificado nas exportações de carne bovina no período 1979/82 evitou uma queda mais brusca de preços. Os dados relativos à exportação de carne bovina vêm em socorro da afirmação: a exportação no período 1980/82, da ordem de 753 mil t em equivalente-carcaça, superou em 73,4% a quantidade exportada no triênio 1975/77.

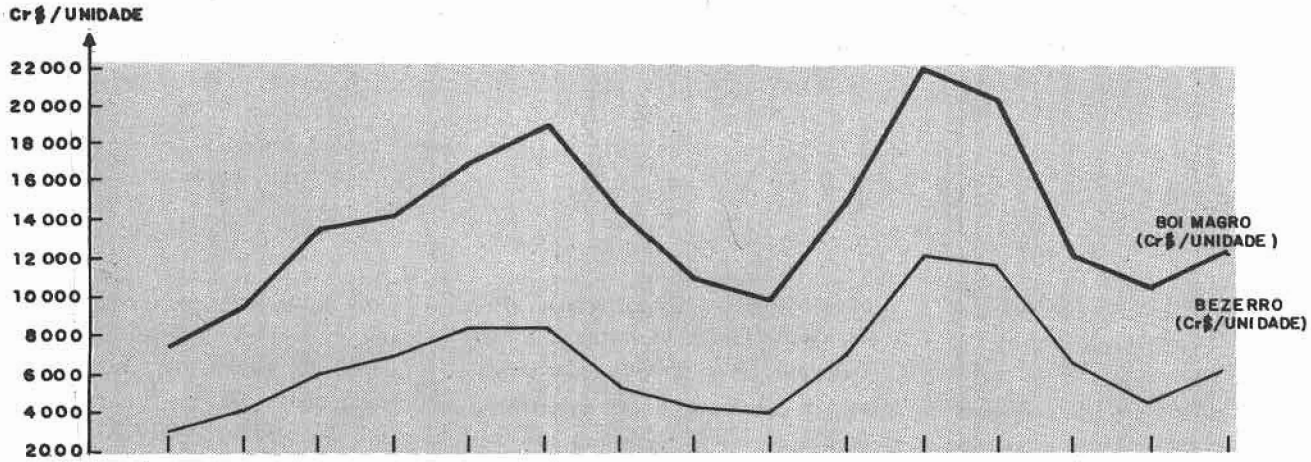
Uma outra prova de que a política salarial posta em prática a partir de 1979 tem influenciado de forma decisiva o mercado, são os preços reais da carne bovina em 1983. A média anual desses preços deve superar a de 1982 em apenas 15%. Este valor, na realidade, situa-se muito abaixo do aumento de 28,2%, verificado em 1978, ano correspondente ao de 1983, ambos caracterizados pelo início do processo de alta do ciclo pecuário. Considerando que, naquele ano, a exportação de carne bovina (128 mil t em equivalente-carcaça) foi pouco expressiva, a alta só foi possível porque o poder de compra da classe média ainda o permitia. Já em 1983, em face da redução desse poder de compra, muito provavelmente a alta da carne bovina (estimada em treze pontos percentuais abaixo da de 1978), não teria configurado se o mercado não fosse **enxugado** em 430 mil t* (18% da produção esperada), destinadas ao exterior.

* Em equivalente-carcaça.



SÃO PAULO — PREÇO MÉDIO ANUAL REAL(*) DO BEZERRO E DO BOI MAGRO RECEBIDO PELOS PRODUTORES — 1969 A 1983(**)

GRÁFICO 02



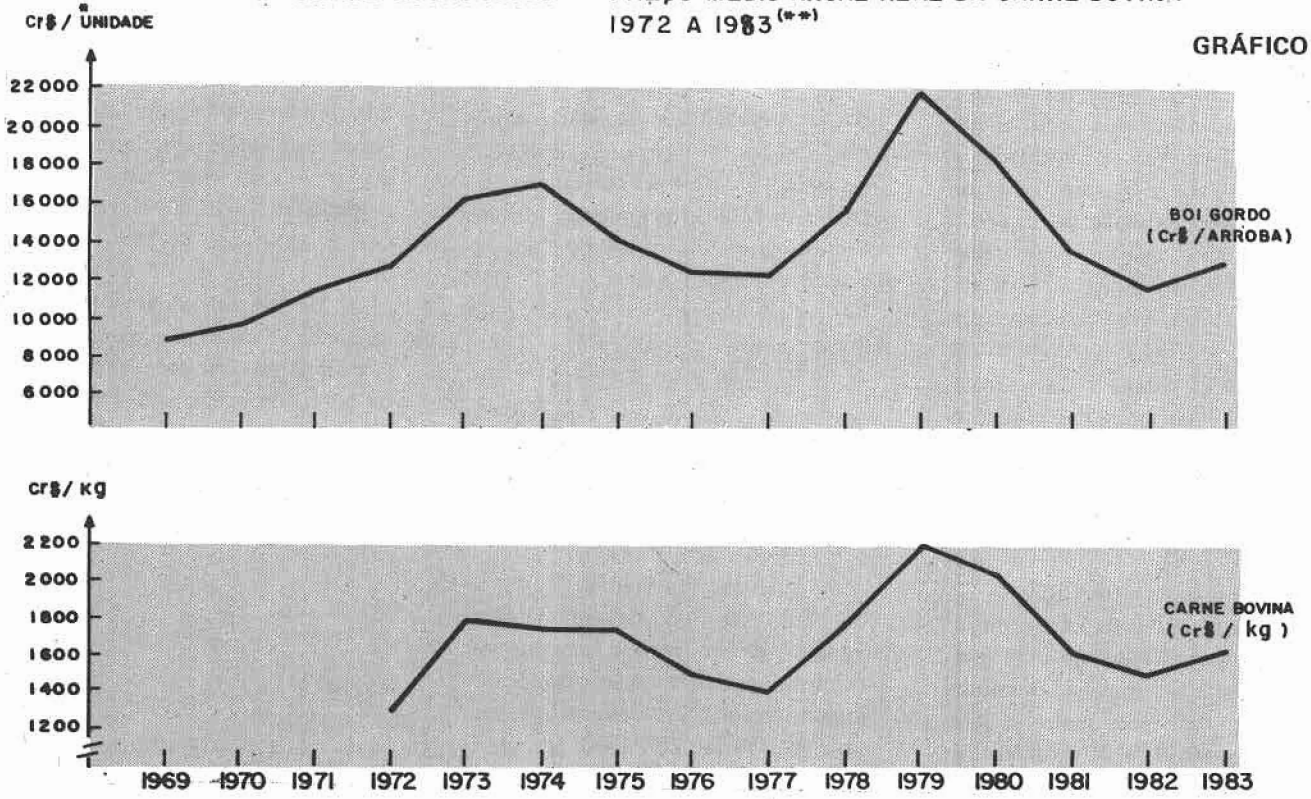
* VALOR CORRIGIDO PELO IGP, COLUNA 2, DA FGV, PARA OUTUBRO DE 1983

** ATÉ OUTUBRO

1 ESTADO DE SÃO PAULO — PREÇO MÉDIO ANUAL REAL(*) DO BOI GORDO RECEBIDOS PELOS PRODUTORES — 1969 A 1983(**)

2 CIDADE DE SÃO PAULO — PREÇO MÉDIO ANUAL REAL DA CARNE BOVINA 1972 A 1983(**)

GRÁFICO 03



* VALOR CORRIGIDO PELO IGP, DA FGV, PARA OUTUBRO DE 1983 (**) ATÉ OUTUBRO.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CAFÉ

No final de 1983, o **IBC** tomou algumas medidas destinadas a acelerar as exportações de café e a aproveitar a conjuntura de preços favoráveis, contribuindo assim para uma melhoria da balança comercial e para a abertura de novos mercados, através do incentivo às vendas a países não-membros da **OIC**.

Pela Instrução de Exportação nº 125/83, de 16/12/83, as operações de exportação de café em grão, descafeinado ou não, ou seu equivalente em torrado e moído, destinadas à Argentina, Chile e Uruguai, terão direito a uma indenização de US$ 87/sc. A medida atinge as vendas registradas no **IBC** entre 19 e 30 de dezembro de 1983, e embarcadas entre dezembro de 1983 e fevereiro de 1984. Os cafés já registrados para esses destinos, mas ainda não embarcados, também terão direito a um incentivo, de modo que seu preço final fique equiparado ao dos registros feitos ao amparo desta Instrução.

Na mesma data, a Instrução de Exportação nº 126/83 concedia um incentivo às exportações de café solúvel destinadas a países não-membros da Organização Internacional do Café, registradas entre 19 e 30 de dezembro de 1983, e embarcadas entre dezembro de 1983 e março de 1984. O incentivo, acrescido do valor do ajuste do registro, corresponderá ao valor da quota de contribuição.

A Instrução de Exportação nº 128/83, de 22/12/83, permitiu às firmas exportadoras e cooperativas antecipar, de janeiro de 84 para dezembro de 83, as vendas já registradas, até 25% da quota de janeiro.

Os exportadores terão direito à reposição de igual quantidade em sua quota do mês antecipado, desde que o embarque seja feito até a data de 30/12/83. As vendas antecipadas não embarcadas reverterão automáticamente para embarque no mês de origem.

A Resolução nº 86/83, de 20/12/83, determinou que os preços mínimos fixados na Resolução nº 82/83, de 14/12/83, para registros de exportações de café verde em grão, torrado e moído, se aplicam também aos registros efetuados a partir de 21/12/83, para embarque em dezembro do mesmo ano.

EXPORTAÇÕES

A Instrução Normativa nº 149, de 29/12/83, da Secretaria da Receita Federal, disciplina o pagamento do Imposto de Exportação em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 313, de 26/12/83. O Imposto deverá ser pago pelo contribuinte através de **Darf** (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) nos estabelecimentos bancários da rede arrecadadora de receitas federais.

O pagamento do Imposto de Exportação entra em vigor a partir de 01/01/84, exceto para os produtos relacionados nas Resoluções 799, de 18/2/83 e 866, de 1/12/83 do **Banco Central do Brasil**, exportados ao amparo de guias de exportação ou documento equivalente, emitidos ou formalizados pela **Cacex** até 31/3/84 (D.O. 30/12/83).

O Comunicado nº 70, de 5/1/84, da **Cacex**, fixa em US$ 1.250/t **Fob** o preço mínimo para exportação de suco de laranja e suco de tangerina concentrados, relativamente a volumes remanescentes da safra 83/84. No caso de vendas referentes a quotas disponíveis, já negociadas, serão respeitados os registros já concedidos, não se admitindo alterações nos mesmos.

A medida foi adotada em decorrência da elevação nos preços internacionais do suco provocada pela quebra de safra dos laranjais da Flórida. Anteriormente vigorava o preço mínimo de US$ 1.100/t **Fob**.

FUMO

O Decreto nº 8.926, de 29/12/83, do Presidente da República, fixou o valor tributável e as margens brutas do fabricante e do varejista a vigorar, para os cigarros, no exercício financeiro de 1984. O preço de venda a

varejo fica assim decomposto: **IPI** = 62,816%; margem bruta do fabricante, inclusive **ICM** = 20,827%; margem bruta do varejista, inclusive **ICM** = 11%; **ICM** relativo a 1/3 do **IPI** = 4,360%. O valor tributável do **IPI** será de 17,454% sobre o preço de venda a varejo (D.O. 30/12/83).

LEITE

A Portaria nº 54, de 29/12/83, da **Sunab**, determina que a partir de 1/1/84 os preços de comercialização de leite, fixados nas Portarias Super nº 48, 49 e 50 de 15/12/83 (ver **Agroanalysis**, vol. 7 - nº 12 - 1983), poderão ser acrescidos dos valores correspondentes ao **ICM** (D.O. 30/12/83).

TERRA

O Decreto-lei nº 2.103, de 30/12/83, do Presidente da República, prorroga por noventa dias o prazo para remissão dos créditos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e às contribuições dos que exercem atividades rurais, bem como para a dispensa da taxa de serviços cadastrais e o cancelamento dos débitos da contribuição sindical rural. As medidas foram determinadas no Decreto-lei nº 2.066 de 27/10/83. A prorrogação será contada a partir da publicação do Decreto-lei 2.103 (D.O. 2/1/84).

TRIGO

A Portaria nº 53, de 28/12/83, da **Sunab**, determina que as pessoas físicas ou jurídicas que exportarem produtos alimentícios contendo trigo estarão obrigadas a devolver ao Governo Federal o subsídio concedido. A devolução será feita com base nos valores fixados pela Portaria da **Sunab** em vigor na data de seu prévio recolhimento.

A medida se baseia nos poderes previstos na Lei Delegada nº 4, de 26/9/62 e visa restringir a concessão do subsídio ao trigo destinado ao abastecimento interno (D.O. 30/12/83).

A Portaria nº 55, de 29/12/83, fixa o preço de aquisição do trigo nacional, a vigorar em janeiro de 1984, em Cr$ 199.733/t para o produto com PH 78. A medida atende decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional em 14/03/83.

ERRATA

AGROANALYSIS - VOL. 7 - nº 12 (Dez/83) — Página 17 — Quadro 05

	Onde se lê	Leia-se
1981	190,9	95,2
1982	95,4	99,8

MUDANÇA DE ENDEREÇO

O Centro de Estudos Agrícolas deverá mudar-se, na 2ª quinzena de janeiro, para:

RUA DA CANDELÁRIA, 6
20091 – RIO DE JANEIRO – RJ

Os números dos telefones serão trocados e é provável que o telex fique desligado durante alguns dias.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de dezembro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de dezembro*
3 — Preço médio na última quinzena de dezembro*
4 — Preço médio na última semana de dezembro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,21	7,84	7,37	7,23	7,78		8,72		9,04		9,35		9,57	9,75			➡	As cotações devem manter-se em níveis baixos, determinados pela situação de excesso de oferta e elevados estoques.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	59,96	72,12	71,52	71,38			79,03		80,21		80,91			75,59		74,13	➡	O consumo mundial deverá crescer em 1984, em virtude da esperada recuperação econômica dos países desenvolvidos. A safra norte-americana, em torno de 7 milhões de fardos, será insuficiente para atender a demanda. Estoques mundiais elevados.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.529,19	2.488,40	2.618,33	2.700,75			2.488,40		2.472,15		2.465,25		2.452,37			2.432,90	➡	Aumenta a certeza de que a safra africana sofreu prejuízos sérios.
CAFÉ SANTOS US$ ¢/lb-peso	131,87	145,24	141,94	139,98			145,24		140,57		137,18		134,83			132,35	➡	Aumento de 1 milhão de sacas na quota global de exportação autorizada pela OIC está normalizando o mercado.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Unicom
NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO *TWO* YELLOW US ¢/bushel	244,00	337,94	338,98	338,35			335,55		337,33		336,35		310,43			290,77		*Aumento da oferta interna nos* EUA. Exportações norte-americanas mantêm-se fracas.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	567,34	79,63	806,09	816,63	787,19		803,96		813,90		817,14	801,05	741,17		690,46			Inverno rigoroso nos EUA pode fazer aumentar o consumo. Declínio nos preços dos metais preciosos pesa negativamente sobre os grãos.
SOJA FARELO US$/tonelada	177,36	217,47	222,30	226,50	219,60		221,26		221,29		221,09	216,34	208,19	189,00				Fortalecimento do dólar frente às moedas européias deverá provocar uma redução ainda maior na demanda.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	324,15	361,61	368,29	370,25			357,41		355,36		342,11		348,68			361,33		Possibilidade de prejuízos à safra norte-americana de inverno causados pelo frio intenso. O Conselho Internacional do Trigo estima que a produção mundial de 1984 pode se aproximar de 500 milhões de toneladas, contra o recorde de 483 milhões, em 1983.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Unicom
NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de dezembro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de dezembro*
3 — Preço médio na última quinzena de dezembro*
4 — Preço médio na última semana de dezembro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	17.707	36.521	36.150	35.910	→	Os preços deverão se manter no atual patamar até a entrada da safra, em março. Caso o consumo seja elevado, em virtude da expansão esperada nas exportações de têxteis, o país poderá importar algodão no segundo semestre.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	28.219	18.375	18.500	18.812	→	Até a entrada da safra, o mercado será abastecido pelos estoques privados, em razão do esgotamento da reserva oficial.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	84.167	92.302	92.927	93.300	→	Escassez de tipos finos e indexação do preço de garantia têm propiciado a alta contínua das cotações.
BOI GORDO — Cr$/arroba	12.440	18.500	19.000	19.000	→	Estagnação da produção no mesmo nível de 1982: 2,4 milhões t. Previsão de aumento das exportações. Plano de estocagem indefinido.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	20.177	25.000	24.000	24.000		O bom desempenho da safra das águas deve assegurar uma boa oferta do produto, prevendo-se cotações ao redor do preço mínimo.
FRANGO Vivo Cr$/kg	523	670	753	727		Estabilização da demanda e oferta retraida.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	4.976	9.250	9.250	9.250		Início da colheita do milho precoce.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	10.160	16.225	16.500	16.500		As cotações da soja poderão evoluir apenas em termos nominais, à espera de uma melhor definição do balanço entre oferta e demanda internacionais e da safra brasileira.

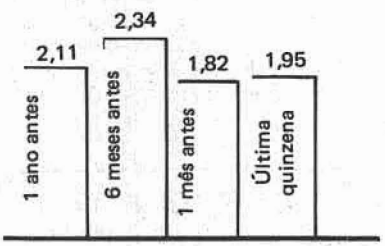
FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo: Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

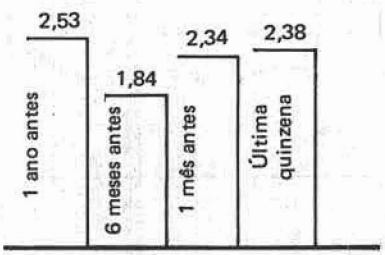
O ganho observado durante a última quinzena é derivado do aumento de 8,8% ocorrido no preço da fibra, em relação à média do mês. Esta variação deveu-se à conjugação da continuidade do processo de aumento do consumo de algodão no mercado americano à divulgação, pelo USDA, da expectativa de menor safra do produto, este ano, naquele país.

Algodão/Soja



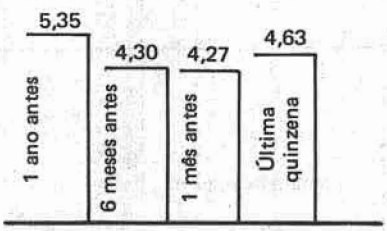
Muito semelhante ao preço relativo médio do mês, mas ainda inferior àquele de um ano antes, o novo patamar desta relação é conseqüência do aumento marginal de 1,7% havido no preço da soja no período, associado à estabilidade da cotação do milho. A oleaginosa e o cereal encontram-se, assim, em momento de expectativa quanto à entrada da nova safra, já tendo todo o produto da safra 1982/83 há muito sido comercializado.

Soja/Milho



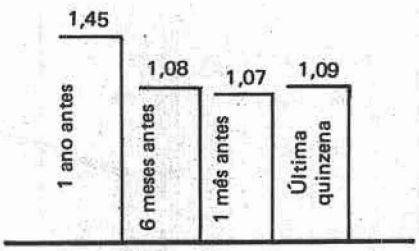
O ganho registrado na relação da última quinzena em cotejo com o valor médio do mês deveu-se, basicamente, ao mencionado aumento do preço da fibra pois, no período, a cotação do milho apresentou-se praticamente estável por força da intensificação das vendas do cereal por parte dos produtores. Há um ano, o nível deste indicador registrava maior valorização relativa da fibra.

Algodão/Milho



Com pouca diferença em relação aos valores médios do mês e de seis meses antes, este preço relativo, na última quinzena, pode ser justificado pelo aumento de 1,8% havido no preço do trigo em relação à média do mês, durante a última quinzena. Esta variação encontrou apoio tanto no sentimento (precoce) de que o intenso frio registrado no Hemisfério Norte pode ter afetado o trigo ainda por colher, quanto pela expectativa de que a safra mundial deste cereal atingirá um novo recorde em 1984, superando as 483 milhões de t produzidas no ano passado.

Trigo/Milho

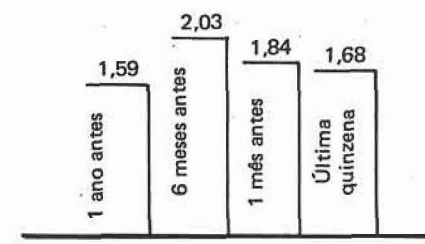


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Unicom e Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Unicom e Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

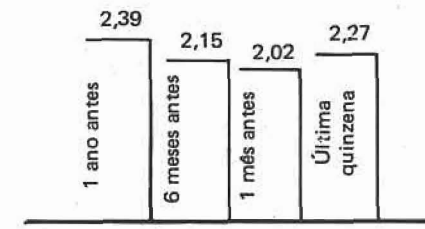
Na última quinzena, ocorreu uma queda em relação à média do mês, por força do aumento de 12,4% observado no preço da ave, enquanto que a cotação do boi gordo avançou 2,7%. Os avicultores aproveitaram, assim, a maior demanda sazonal por seus produtos ao final do ano para refazerem-se dos prejuízos, que vinham experimentando desde que se iniciaram problemas com o abastecimento do milho.

Boi Gordo/Frango Vivo



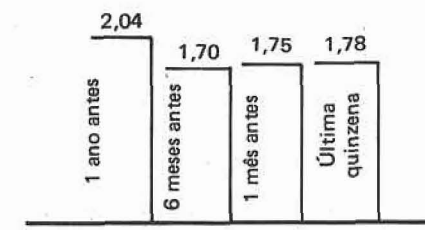
A última quinzena apresentou um ganho em relação à média do mês, se bem que o resultado ainda seja menor do que o valor de há um ano antes. A interrupção recente dos aumentos do preço do milho, devido à pequena demanda, levou a que os preços da ração se mantivessem praticamente estáveis durante a última quinzena, comparativamente à média do mês, favorecendo a lucratividade da criação avícola.

Frango/Ração



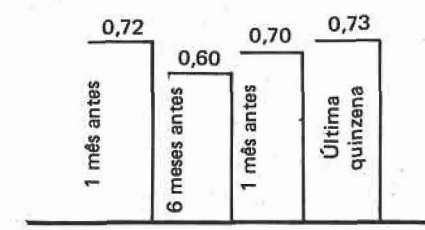
O mais recente patamar desta relação de preços reflete a valorização de 32,6% havida no preço da oleaginosa neste período. O fato de a safra norte-americana deste produto, no ano passado, ter sido 20 milhões de t inferior à precedente (60,68 milhões em 1982) justifica a tendência altista havida durante o segundo semestre de 1983.

Soja/Milho



Com a colheita da safra das águas 1983/84, o preço do feijão carioquinha tendeu, durante a última quinzena, a um decréscimo da ordem de 4% em relação ao da média do mês, enquanto que a cotação da variedade feijão preto manteve-se estável. Isto se deveu ao ingresso do feijão de São Paulo, onde predominam as variedades de cores. Desta forma, o mais novo nível deste preço relativo demonstra um ganho em relação ao antecedente, e muita semelhnça em relação ao de um ano antes.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

QUADRO 06 – LAVOURAS – ÁREA COLHIDA NO QÜINQÜÊNIO 1978–1982
(EM t)

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA COLHIDA (ha)				
	1978	1979	1980	1981	1982
TOTAIS	45.993.898	47.235.611	48.687.345	47.850.510	50.199.762
Abacaxi	26.696	26.645	25.185	27.014	26.374
Algodão arbóreo	2.479.948	2.359.965	2.346.052	2.114.396	2.072.741
Algodão herbáceo	1.471.092	1.286.180	1.353.443	1.396.576	1.571.124
Alho	7.060	8.472	12.352	12.651	18.335
Amendoim	253.785	288.686	312.947	244.806	236.784
Arroz	5.623.515	5.452.086	6.243.138	6.101.772	6.015.829
Aveia	55.552	62.629	75.522	90.231	94.349
Banana	328.287	343.654	371.274	387.828	395.362
Batata-inglesa	211.315	204.118	181.084	170.982	181.890
Cacau	443.866	453.569	482.521	504.935	516.716
Café	2.183.673	2.406.239	2.433.604	2.617.836	1.857.462
Cana-de-açúcar	2.391.455	2.536.976	2.607.628	2.825.879	3.085.696
Cebola	56.523	69.101	67.044	74.250	62.342
Centeio	8.191	10.850	12.236	24.312	4.684
Cevada	89.423	84.691	72.048	95.624	166.861
Coco-da-baía	163.215	158.039	164.779	167.257	165.873
Feijão	4.617.259	4.212.424	4.643.409	5.026.925	5.928.810
Fumo	328.313	326.049	316.427	297.564	318.591
Guaraná (cultivado)	3.411	3.932	3.939	4.330	4.393
Juta	16.562	25.143	26.174	36.416	14.604
Laranja	454.503	475.008	575.249	575.247	589.568
Malva	52.700	46.604	45.702	56.300	45.784
Mamona	350.336	374.798	440.511	447.364	462.725
Mandioca	2.148.707	2.111.052	2.015.857	2.067.253	2.132.942
Milho	11.124.827	11.318.885	11.451.297	11.520.336	12.601.262
Pimenta-do-reino	15.786	19.879	23.039	22.998	22.580
Rami	6.400	6.350	7.016	7.325	5.968
Sisal	269.636	287.886	296.081	312.546	341.627
Soja	7.782.187	8.256.096	8.774.023	8.501.169	8.202.181
Sorgo granífero	104.361	71.715	78.209	92.191	115.012
Tomate	55.902	57.434	50.103	48.526	55.101
Trigo	2.811.189	3.830.544	3.122.107	1.920.142	2.828.644
Uva	58.223	59.912	57.345	57.529	57.548

FONTE – IBGE

QUADRO 07 – LAVOURAS – PRODUÇÃO OBTIDA NO QÜINQÜÊNIO 1978–82 (EM t)

PRODUTO	PRODUÇÃO OBTIDA				
	1978	1979	1980	1981	1982
Abacaxi (1)	383.020	386.867	377.219	412.933	445.762
Algodão arbóreo	461.781	281.015	236.554	189.562	243.475
Algodão herbáceo	1.108.396	1.355.244	1.439.330	1.542.106	1.691.616
Alho	23.975	31.291	40.303	48.134	64.271
Amendoim	325.007	461.557	482.819	354.951	317.196
Arroz	7.296.142	7.595.214	9.775.720	8.228.326	9.716.026
Aveia	53.947	57.564	75.609	98.475	61.148
Banana (2)	416.025	408.874	448.046	447.337	454.766
Batata-inglesa	2.013.882	2.154.173	1.939.537	1.912.169	2.147.918
Cacau	284.490	336.326	319.141	335.625	363.519
Café	2.535.323	2.665.545	2.122.391	4.064.421	1.853.901
Cana-de-açúcar	129.144.950	138.898.882	148.650.563	155.924.109	186.392.397
Cebola	488.498	691.071	694.585	778.403	669.240
Centeio	7.349	9.862	10.498	24.445	3.729
Cevada	143.917	98.125	74.680	109.877	98.499
Coco-da-baía (1)	472.715	491.027	525.877	504.099	541.876
Feijão	2.193.977	2.186.343	1.968.165	2.340.947	2.906.259
Fumo	405.191	421.708	404.860	365.738	421.532
Guaraná (cultivado)	440	650	650	1.190	656
Juta	16.954	28.505	27.680	38.886	14.222
Laranja (1)	39.131.682	42.226.117	54.459.072	56.966.660	57.938.720
Malva	60.318	51.433	50.053	58.237	48.832
Mamona	317.083	325.149	280.688	291.812	192.428
Mandioca	25.459.408	24.962.191	23.465.649	24.516.360	24.009.355
Milho	13.569.401	16.306.380	20.372.072	21.116.908	21.865.439
Pimenta-do-reino	47.015	49.006	62.563	40.436	38.800
Rami	7.220	8.980	17.283	10.259	9.657
Sisal	201.786	228.191	234.981	239.203	249.236
Soja	9.540.577	10.240.306	15.155.804	15.007.367	12.834.624
Sorgo granífero	227.502	121.913	180.292	212.901	211.045
Tomate	1.464.558	1.501.097	1.535.331	1.451.713	1.737.410
Trigo	2.690.888	2.926.764	2.701.613	2.209.631	1.849.400
Uva	666.594	703.814	445.961	663.149	688.589

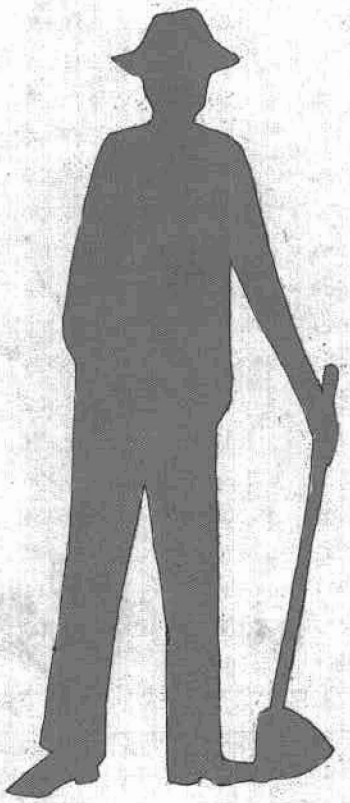
FONTE – IBGE

[1] Em 1.000 frutos; [2] Em 1.000 cachos.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, ao nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.

Nas duas páginas antecedentes, transcrevem-se os dados de área colhida e de produção obtida das principais lavouras, no qüinqüênio 1978-82. É para atender a solicitações.



QUADRO 08 — LAVOURAS — ÁREA A COLHER E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1983 SEGUNDO LEVANTAMENTO EM NOVEMBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA A COLHER (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi		30.459	(3)	560.876
Algodão		2.954.808		1.621.815
Aldodão arbóreo		1.594.121		84.065
Algodão herbáceo		1.360.687		1.537.750
Alho		15.308		56.777
Amendoim	(2)	212.191	(2)	288.417
Amendoim (1ª safra)	(2)	156.531	(2)	228.840
Amendoim (2ª safra)	(2)	55.660	(2)	59.577
Arroz		5.111.685		7.760.077
Aveia		99.836		101.990
Banana		406.637	(4)	446.140
Batata-inglesa		167.878		1.818.513
Batata-inglesa (1ª safra)	(2)	101.328	(2)	1.037.529
Batata-inglesa (2ª safra)		65.550		780.984
Cacau		544.039		345.830
Café		2.439.581		3.361.658
Cana-de-açúcar		3.369.835		208.256.439
Cebola		67.119		729.753
Centeio		3.992		3.656
Cevada		122.272		155.754
Coco-da-baía		168.913	(3)	481.170
Feijão		4.077.423		1.591.561
Feijão (1ª safra)	(2)	2.333.767	(2)	900.446
Feijão (2ª safra)		1.743.656		691.115
Fumo		323.939		399.798
Guaraná		5.977		969
Juta	(2)	10.993		12.919
Laranja		623.052	(3)	58.374.779
Malva		44.693		47.919
Mamona		271.356		171.629
Mandioca		2.040.666		22.095.745
Milho		10.750.135		18.756.335
Pimenta-do-reino		21.058		33.229
Rami	(2)	4.670	(2)	9.583
Sisal		308.748		184.257
Soja	(2)	8.136.491	(2)	14.582.052
Sorgo granífero	(2)	109.647	(2)	212.782
Tomate		48.699		1.590.282
Trigo		1.922.317		2.273.204
Uva		58.063		573.425

FONTE — IBGE

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Área colhida e/ou produção obtida. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.